



and emi

Covid-19, Universidade Pública e a Defesa da Vida¹

Covid-19, Public University and the Defense of Life

Claudia Mayorga
Pró-reitora de Extensão
Universidade Federal de Minas Gerais
gab@proex.ufmg.br

RESUMO

Neste ensaio, analisamos as consequências sociais da pandemia da COVID-19 no Brasil e refletimos sobre o papel e importância da universidade pública, com destaque à extensão universitária, no enfrentamento a essa crise que atinge todas as dimensões da vida social. Propomos o trabalho em rede e a política do cuidado como eixos transversais para orientar as políticas implementadas pelas universidades e indicamos duas tarefas prioritárias nesse contexto: contribuir com salvar vidas e projetar e construir o presente e o futuro, baseados na qualidade, na equidade, nos direitos humanos, na autonomia universitária, no interesse público e na solidariedade.

Palavras-chave: Covid-19; universidade pública; extensão universitária.

ABSTRACT

In this essay, we analyze the social consequences of the COVID-19 pandemic in Brazil and reflect on the role and importance of the public university, with emphasis on university extension, in facing this crisis that affects all dimensions of social life. We propose networking and care policy as transversal axes to guide the policies implemented by universities and we indicate two priority tasks in this context: contributing to saving lives and designing and building the present and the future, based on quality, equity, human rights, university autonomy, public interest and solidarity.

Keywords: Covid-19; public university; University Extension.

¹ Parte desse texto foi apresentado no Seminário "Aspectos Sociais e Ambientais da Pandemia de Covid-19" realizado pela Comitê Permanente de Enfrentamento ao Novo Coronavírus da Universidade Federal de Minas Gerais, por ocasião da Marcha Virtual pela Vida, em 09 de junho de 2020. Diversas instituições de pesquisa, saúde, educação e diferentes setores da sociedade civil se mobilizaram em uma Frente pela Vida, diante da situação alarmante de crescimento dos casos de Covid-19 no Brasil. O texto, embora de autoria de Claudia Mayorga, é reflexo do trabalho da equipe da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais e da comunidade dessa universidade que atua nas diversas atividades de extensão universitária.

A pandemia da COVID-19 tem nos colocado desafios de todas as ordens. Estamos diante de uma crise sanitária que atinge todas as dimensões da vida social nos seus mais diversos aspectos e deflagra um aprofundamento da crise econômica, social e cultural, associada a uma preocupante crise política e institucional. E em um país como o Brasil, com um histórico colonial, com tantas desigualdades, marcado pela injustiça social, pelas violações sistemáticas de direitos, com práticas institucionais autoritárias e antidemocráticas, constatamos, mais uma vez, que alguns experimentam de forma muito concreta, ter menos direito à vida do que outros. Quais são as vidas que importam?²

Há um século atrás uma outra crise sanitária também preocupava a humanidade. A chamada gripe espanhola³ (influenza espanhola) ou gripe de 1918 aconteceu nos anos de 1918 e 1919 causando a morte de 35 mil brasileiros. Foi uma pandemia que se manifestou em 3 ondas, sendo a segunda a mais contagiosa, por possuir os maiores índices de mortalidade. Vale a pena conhecer um pouco mais sobre essa história. Na UFMG, os Centros de Memória da Enfermagem, da Medicina, da Educação Física, Esporte e Lazer que compõe a Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFMG, reúnem parte dessa história, com foco nos acontecimentos em Minas Gerais e sua capital, Belo Horizonte, e destaque às escolhas realizadas, às formas de enfrentar a doença, aos saberes mobilizados e ao papel da universidade naquela ocasião.

Foram 35 mil mortes. Meio milhão no mundo todo. Hoje, dia 26 de junho, exatamente quatro meses depois da confirmação do primeiro caso do Novo Coronavírus no Brasil em 26 de fevereiro, o número de mortes chega perto dos 60 mil.

A pandemia acirra e escancara as desigualdades do nosso país e atinge, de forma intensa, as populações historicamente vulnerabilizadas. O que é muito grave e deve ser explicitado, é que mortes estão acontecendo pela COVID-19 e violências e outras mortes por práticas antigas, estruturais direcionadas a essas populações que violam, sistematicamente, o direito à vida, à vida digna. Vale lembrar que João Pedro não morreu devido à COVID-19. Esse jovem negro de 14 anos, que brincava com seus primos em São Gonçalo, Rio de Janeiro, foi atingido pelas costas, por um tiro de fuzil, durante uma operação da Polícia Civil e da Polícia Federal em 18 de maio. Foram identificados mais de 70 tiros na casa de João Pedro.

As consequências da pandemia são devastadoras quando se associam às violações sistemáticas que alguns grupos sociais vivenciam no Brasil. Vejamos:

2 Em 25 de maio de 2020, George Perry Floyd Jr., homem negro, foi assassinado por um policial branco nos Estados Unidos, que ajoelhou-se em seu pescoço e o asfixiou durante uma abordagem por supostamente usar uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado. Após sua morte, protestos contra o racismo rapidamente começaram a acontecer nos Estados Unidos e no mundo. Um das mensagens dos protestos afirmava: "Vidas negras importam".

3 A pandemia levou esse nome, pois recebeu maior atenção da imprensa na Espanha do que no resto do mundo, uma vez que o país não estava envolvido na Primeira Guerra Mundial e não havia censura. A Espanha teve um dos piores surtos iniciais da doença, e autoridades de saúde do país buscaram chamar a pandemia de "apenas gripe" ou "a gripe", de modo a evitar o pânico entre a população. Embora os cientistas não saibam ao certo a origem da pandemia, é improvável que tenha iniciado na Espanha.

- O aumento da pobreza é um fato. Os efeitos diretos e indiretos da pandemia já estão ampliando as taxas de desemprego. Em um cenário projetado de queda de 0,14% do PIB e de 0,1% no nível de emprego, o estudo dos pesquisadores Débora Freire, Edson Domingues e Aline Magalhães do CEDEPLAR UFMG conclui que as famílias com renda entre 0 e 2 salários mínimos podem ter sua renda 20% mais impactada do que a média das famílias brasileiras. Não podemos desconsiderar os avanços nos últimos anos do neoliberalismo no mundo com a intensificação do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, o aumento do trabalho informal e a diminuição, ou inexistência, de políticas públicas sociais – tudo se precariza ainda mais nesse contexto. Essa conjuntura deixa as classes populares, negros e negras em uma situação na qual precisam buscar o sustento, arriscando suas vidas, assim como aconteceu com Mirtes, empregada doméstica, a mãe do pequeno Miguel de 5 anos, que perdeu seu filho quando o deixou aos cuidados da patroa ao levar a cadela da família dos patrões para passear na rua. Um caso, entre milhares.

- O Brasil já atingiu mais de 5 mil casos de COVID-19 entre indígenas. A precariedade do acesso à saúde, a insumos necessários para os cuidados sanitários se associa a uma intensificação dos conflitos relacionados à terra, à água, ao desmatamento ilegal com o assassinato premeditado de lideranças indígenas. Em Minas Gerais, são 14 etnias (Aranã; Catu-Awã-Arachãs; Kaxixó; Kiriri; Krenak; Maxakali; Mucuriã; Pankararu; Pataxó; Pataxó Hã-Hã-Hãe; Puris; Tuxá; Xacriabá; Xukuru-Kariri) que vivenciam situações de muita precariedade e é importante também ressaltarmos a situação dos quilombolas e da população ribeirinha. Segundo Jesus Rosário Araújo, de 41 anos, presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo) os maiores problemas do povo quilombola, hoje, são relacionados à higiene e à alimentação. "O Norte e Nordeste mineiros são os que mais sofrem. Nem higienização, que é fundamental nesse período, conseguimos. Hoje, graças a algumas doações, conseguimos enviar cestas básicas, mas não temos nada referente à higiene. Nessas áreas, principalmente, existe o problema da falta de água" (CEDEFES, 2020). Destaco que na UFMG foi criado um Comitê vinculado ao Programa FIEI - Formação de Educadores Indígenas que tem proposto e desenvolvido ações de enfrentamento ao novo Coronavírus em diálogo com os estudantes indígenas e quilombolas. A UFMG participa também do Comitê Maxakali que reúne várias universidades, com intuito de colaborar com o enfrentamento ao Novo Coronavírus, junto a essas populações.

- A situação da mulheres (principalmente negras e pobres) também é alarmante em vários sentidos: os casos de femicídio aumentaram 22% em 12 estados brasileiros desde as primeiras medidas de isolamento social nos meses de março e abril; os casos de violência doméstica também aumentaram – a procura dos serviços de denúncia, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cresceu 37,6% no mês de abril. Os fatores que explicam essa situação são a convivência mais próxima dos agressores, que, no novo contexto, podem mais facilmente impedi-las de se dirigir a uma delegacia ou a outros locais que prestam socorro a vítimas, como centros de referência especializados, ou, inclusive, de acessar canais alternativos de denúncia, como telefone ou aplicativos.

A produção científica das mulheres também possui uma queda alarmante – segundo o estudo do projeto Parent in Science, 40% das mulheres sem filhos não conseguiu concluir seus artigos (contra 20% dos homens) e 52% das mulheres com filhos não conseguiram (contra 38% dos homens). As desigualdades de gênero na ciência que já existiam, parecem se acirrar. A carga de cuidados para as mulheres, que costuma ser três vezes maior do que a dos homens, aumentou exponencialmente. Na área da saúde, sabemos muito bem que as mulheres são maioria e que estão na linha de frente no enfrentamento da pandemia.

- Em pesquisa realizada por pesquisadores da UFMG e UNICAMP, juntamente com o coletivo "#VoteLGBT", 44% das entrevistadas lésbicas; 34% dos gays; 47% das pessoas bissexuais e pansexuais; e 42% das transexuais temem sofrer algum problema de saúde mental durante a pandemia do novo Coronavírus. Segundo a Associação Americana de Psiquiatria, pessoas que fazem parte da comunidade LGBT tem mais que o dobro de chances de apresentarem alguma condição de saúde mental durante a vida, quando comparados ao restante da sociedade. O estudo do Brasil aponta que 28% dos entrevistados já receberam diagnóstico prévio de depressão. O índice é quase quatro vezes maior do registrado entre a população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2013). O estudo revela ainda que 21,6% dos LGBTs entrevistados estão desempregados enquanto que o índice total no Brasil é de 12,2%, segundo o IBGE.

- Importante destacar também as populações atingidas por desastres. Minas Gerais sofreu recentemente dois grandes desastres socioambientais relacionados à mineração – em 2015, rompeu a barragem de Fundão de propriedade da Samarco/ BHP/Billiton em Mariana e em 2019, a barragem da empresa Vale no município de Brumadinho com perdas ainda sem a devida justiça. Além dos impactos em toda a Bacia do Rio Doce e do Rio Paraopeba, das mortes registradas, do impacto na infraestrutura, nos projetos de vida, os impactos da pandemia nesses contextos em reconstrução tem sido um grande desafio para essas populações.

Poderia expor aqui vários outros números e experiências de outros sujeitos e grupos: população em situação de rua, encarcerada, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência, idosos. Eduardo Viveiro de Castro, Cacique Raoni, Ailton Krenak, Célia Xacriabá e muitos outros estão alertando para o mundo todo que o Brasil está diante de um genocídio. Talvez isso não seja uma novidade, mas a situação que já era de emergência, agora literalmente, não deixa respirar⁴. Mas é importante ressaltar que mesmo diante de tantas dificuldades, descasos, violências e mortes, essas populações têm se organizado e buscado formas coletivas, comunitárias e solidárias de lidar com as desigualdades históricas e também com os efeitos da pandemia. Sujeitos que recusam a viti-

4 Referência ao apelo que George Floyd Jr. fez quando estava sendo asfixiado pelo policial: "não consigo respirar".

mização, se apresentam como sujeitos capazes de construir soluções para os problemas que os acometem e reiteram a denúncia de que a necropolítica e esse descaso consistem em um projeto claro de extermínio daqueles considerados como menos humanos, como escória, como problemas.

No dia 17 de abril, 21 grupos de extensão e pesquisa de diversas áreas do conhecimento que compõe a Rede de Direitos Humanos da UFMG, publicaram um documento com 14 recomendações aos representantes dos três poderes do país, aos profissionais das políticas públicas e à sociedade em geral para tomarem medidas para reduzir os efeitos da COVID-19. Esse documento inicia ressaltando, conforme a Organização Mundial da Saúde, que a saúde é um direito humano fundamental e que consiste em um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas na ausência de doença ou de enfermidade; que a saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e que depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados; que o histórico e desigual desenvolvimento em diferentes países no que diz respeito à promoção de saúde e combate às doenças, especialmente contagiosas, constitui um perigo e risco comum; que a extensão a todos os povos dos benefícios dos conhecimentos médicos, psicológicos e afins é essencial para atingir o mais elevado grau de saúde e dignidade; que uma opinião pública esclarecida e uma cooperação ativa da parte do público são de importância capital para o melhoramento da saúde dos povos e que os Governos têm responsabilidade pela saúde dos seus povos, a qual só pode ser assumida pelo estabelecimento de medidas sanitárias e sociais adequadas, necessárias e imediatas em contexto de pandemia (Constituição da OMS, 1946). A primeira recomendação apresentada refere-se à urgência em proporcionar imediata atenção social, econômica, assistencial, de reforço à saúde, segurança no trabalho e segurança alimentar às populações historicamente vulnerabilizadas⁵.

Mas Diante de tudo isso, como as universidades públicas têm atuado? Qual o nosso papel nesse contexto? Destaco aqui dois eixos transversais que acredito que podem nos orientar nesse grande desafio que temos diante de nós - uma pandemia com efeitos sem precedentes em um país tão desigual:

1) Trabalho em Rede: O enfrentamento à pandemia e às suas consequências não pode ser feito por um único ator ou uma única instituição. Essa tarefa exige uma articulação continuada do poder público, das políticas públicas e das diversas instituições e organizações da sociedade, movimentos sociais e população em geral. São saberes diversos, de lugares distintos, com alcances específicos que devem ser acionados para construirmos proposições. Os saberes e práticas científicas e acadêmicas possuem uma grande importância nesse contexto. É fundamental fortalecer redes. Essa situação convoca as universidades,

⁵ Esse documento pode ser encontrado na íntegra em:

<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/UFMG-faz-recomendacoes-de-medidas-para-garantir-direitos-da-populacao-mais-vulneravel-a-pandemia>

mais uma vez, a estarem mais próximas da sociedade em um intenso diálogo e construção conjunta. A extensão universitária, pela sua natureza, contribuiu e segue contribuindo para isso. Desde 2014, a Pró-reitoria de Extensão da UFMG tem fomentado a política de redes interdisciplinares que tem como objetivo, reunir grupos de extensão, ensino e pesquisa em torno dos temas emergenciais das sociedades contemporâneas para construção de uma agenda comum e continuada para atuação em diálogo com outros setores da sociedade. São exemplos dessa iniciativa a Rede de Direitos Humanos já mencionada acima, a Rede Saúde Mental, a Rede Saúde –Educação Básica, o Programa Participa UFMG – Mariana-Rio Doce- Brumadinho.

2) Política do cuidado: infelizmente o cuidado foi desprezado por boa parte dos teóricos políticos. O universo das atividades de cuidado foi compreendido como algo relativo às classes baixas da sociedade (mulheres, membros de determinadas castas, trabalhadores, imigrantes etc.), aqueles que são comumente os mais excluídos da política. Quase sempre associado a uma "natureza feminina" e portanto algo menor, restrito ao campo da vida privada, agora se torna uma necessidade ética e política. Joan Tronto e Berenice Fischer, definiram o cuidado como "[...] uma atividade genérica que compreende tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo, afim de que possamos viver nele tão bem quanto possível. Este mundo compreende nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, tudo o que tentamos manter interligado em uma complexa rede que dá suporte à vida"⁶. Pode parecer que essa definição seja demasiado abrangente, mas o que destacamos é que o cuidado assim definido não aparece como uma questão marginal da vida de seres humanos, mas central para a sua existência, não sendo algo confinado às relações pessoais e familiares. Podemos deduzir que também as instituições sociais e políticas entram no escopo das atividades realizadas no intuito de dar suporte à vida, assim como manter e perpetuar o mundo no qual se vive. No campo da extensão universitária, é fundamental que cuidado não seja confundido com assistencialismo. Vale destacar que um dos princípios da extensão refere-se à necessária posição de dialogia entre universidade e setores da sociedade.

Com esses dois eixos em mente, que devem, na proposta que apresento aqui, atravessar a política institucional das universidades, penso que temos duas tarefas principais, nesse contexto da pandemia:

Colaborar com salvar vidas: muito está sendo feito e muito mais pode ser feito pelas universidades nesse sentido. Quero destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos diversos projetos e programas de extensão da UFMG que atuam na frente direta de assistência à saúde, outros que atuam junto aos grupos mais vulnerabilizados (em vilas, favelas, ocupações, no campo, população

6 FISHER, Berenice e TRONTO, Joan. Toward a Feminist Theory of Care. In: ABEL, E. K. e NELSON, M. (Eds). Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives. Albany: State University of New York Press, 1990, p. 35-62.

de rua). Desde a suspensão das atividades presenciais na UFMG, a Pró-reitoria de Extensão lançou convite para toda a comunidade da universidade estimulando que fossem enviadas propostas de atividades para serem desenvolvidas de forma remota, com intuito de contribuir com a prevenção e enfrentamento da pandemia. Quase 100 propostas foram apresentadas e têm sido diariamente divulgadas para toda a população. Essas ações se dividem em quatro frentes principais: a) Atividades para colaborar com o isolamento social, principal medida, cientificamente comprovada, para enfrentar a pandemia e que possui consequências diversas na vida das pessoas e não pode ser adotada de forma integral por muitas outras. A Rede Saúde Mental da UFMG, juntamente com a Comissão Permanente de Saúde Mental implementaram atividades de acolhimento, plantão psicológico e escuta voltada a toda comunidade da UFMG: professores/as, estudantes, técnicos-administrativos em educação, trabalhadores/as terceirizados/as. Vale lembrar que a Organização Mundial de Saúde indicou que qualquer política de enfrentamento à pandemia deve incluir ações relacionadas à saúde mental. b) Também foram propostas atividades para informar e tirar dúvidas da população acerca da COVID-19. Um ponto a ser destacado nesse conjunto de projetos, refere-se à organização dessas informações em linguagens de amplo acesso e por diversos públicos. Informações para crianças, idosos, indígenas, trabalhadores/as da saúde. Os projetos que atuam na linha da divulgação científica e popularização da ciência tem produzido conhecimento que possa ser compartilhado em diversas linguagens, democratizando o acesso – o que é uma ação fundamental e fortemente relacionado com o direito à informação. c) Outro conjunto de atividades está sendo desenvolvido com grupos sociais vulnerabilizados. Atividades de extensão tem prestado assistência jurídica às populações vulnerabilizadas, tem colaborado nos comitês de diversos municípios em Minas Gerais, atuam junto a imigrantes e refugiados, populações de vilas e favelas, população do campo, mulheres prostitutas, população encarcerada, indígenas e outros. Uma importante ação em conjunto com a Rádio Favela do Aglomerado da Serra na cidade de Belo Horizonte foi implementada nesse sentido. d) Atividades de assistência à saúde, que tem acontecido no Hospital das Clínicas da UFMG e também em outros hospitais do estado. Atividades também para serem desenvolvidas junto aos profissionais da saúde atuando na linha de frente no enfrentamento à pandemia. Esse é um grupo social cujo trabalho tem sido fundamental no enfrentamento da COVID-19 e que também necessita de apoio e colaborações de diversas ordens. O apoio em saúde mental foi uma das primeiras iniciativas junto a esses profissionais, desenvolvido por projetos de extensão da UFMG. Não destacamos aqui, mas há outras inúmeras atividades de pesquisa que estão sendo desenvolvidas relacionadas à busca de uma vacina, testagem, elaboração de protótipos como respiradores, por exemplo. A capilaridade que a extensão tem junto à sociedade nem sempre é visibilizada, mas a rapidez com a qual respondemos ao momento de emergência da pandemia, revela que há laços perenes entre UFMG e outros setores da sociedade, com muito conhecimento produzido e acumulado. E nesse processo, quero destacar a atuação dos e das estudantes da UFMG. Essa experiência tem sido de profundo aprendizado, de solidariedade e é muito importante que seja reconhecida na sua formação. Assim, nessa primeira tarefa que destaco, entendo que salvar vidas é cuidar de quem cuida, é estar atento à diversidade da sociedade brasileira, e também às desigualdades, é cuidar de

quem cuida, é valorizar os autores dessas tarefas.

Projetar e construir o presente e o futuro: alguns tem chamado essa tarefa de construção do novo normal, expressão que tem recebido algumas críticas. O medo dos criticos, que compartilho, é que as referências de normalidade continuem sendo aquelas que silenciam, violam, violentam, matam, não deixam respirar. No caso do Brasil, o retorno ao que era antes seria reforçar as desigualdades e violências tão naturalizadas e compreendidas como "normais" entre nós. A UFMG está em atividade intensa na extensão e na pesquisa desde a suspensão das atividades presenciais, em 19 de março e agora está dedicada a construir e planejar o que está por vir. Vamos ter que nos reinventar. Assim, já que essa é uma tarefa dada - reinventar a universidade, o ensino, a pesquisa a extensão, a cultura, o trabalho, os espaços, a comunicação e tantas outras dimensões da vida social, é fundamental que definamos a partir de quais parâmetros vamos fazê-lo. Em uma entrevista recente, Bruno Latour dizia que a pandemia nos mostrou que a economia é uma maneira muito estreita e limitada de organizar a vida e decidir quem é importante e quem não é. Se eu pudesse mudar uma coisa, ele disse, seria sair do sistema de produção e construir uma ecologia política. Assim, a tarefa da reinvenção deve nos deixar muito vigilantes em relação às históricas dinâmicas da desigualdade que marcam a sociedade brasileira e que com cara de "novo", tenderão a se reposicionar para seguirem operando. E é fundamental que explicitemos os princípios e os lugares a partir dos quais vamos realizar essa tarefa: da qualidade, da equidade, dos direitos humanos, da autonomia universitária, do interesse público e da solidariedade.

E assim vou concluindo: não é a morte que queremos, é a vida. Vamos fazer essa construção baseados/as nos direitos humanos, recorrendo às experiências inovadoras muitas vezes invisibilizadas. Há muita gente, há muito tempo, sonhando, pensando e construindo um mundo diferente baseados nos direitos humanos, na sustentabilidade, na justiça social. O que queremos neste momento? Nós vamos repetir ou superar? No novo normal, nós daremos ênfase ao novo ou ao "normal"? É preciso curiosidade (como cantava Tom Zé em uma dessas tantas *lives* que tem nos tomado durante o isolamento social) e muita coragem para abraçar essa tarefa. Mãos a obra!

Data de submissão: 01/07/2020

Data de aceite: 01/07/2020